

Itu em defesa da ordem: oposição ao movimento bernardista

Rejane Maria Freitas RODRIGUES

Área: História

Introdução

Em 1822, a situação política das províncias do Brasil era muito delicada: o Príncipe Regente buscava consolidar suas bases de apoio, sobretudo nas Províncias do centro-sul. Nas Cortes de Lisboa, já se verificara um rompimento de princípios entre os deputados das Províncias do Brasil e os representantes de Portugal. Foi, naquele contexto, que se verificou em São Paulo, no seio do Governo Provincial, um movimento conhecido como a “Bernarda de Francisco Ignácio” que, a princípio, foi associado aos ideais portugueses de recolonização das Províncias do Brasil devido à predominância do elemento português neste governo. Entretanto, a historiografia mais recente – que aprofundou os estudos sobre esse movimento – caracteriza-o como fruto de uma disputa interna entre grupos políticos com interesses distintos, que buscavam hegemonia no governo Provincial e predominância no entorno do Príncipe Regente.

A “Bernarda de Francisco Ignácio” foi marcada pela sublevação da tropa do Coronel Francisco Ignácio, a 23 de maio de 1822, depondo parte dos membros da Junta: o Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrade, secretário do Governo do Interior e Fazenda e Manuel Rodrigues Jordão que dividia a pasta do Comércio com o então Coronel Francisco Ignácio de Souza Queiroz.

De acordo com a análise de Vanessa Delatorre e de Daniel Damasceno, tal acontecimento teve ampla motivação, envolvendo interesses políticos e econômicos divergentes de grupos mercantis que atuavam na província de São Paulo e que compunham o Governo Provisório. Para eles a Bernarda foi um movimento “patrocinado por gente que já ocupava cargos importantes e que não queria se submeter às ordens do Rio de Janeiro ou das Cortes de Lisboa, e que não queria abrir mão de seus empreendimentos para negociantes em ascensão”. De acordo com a análise desses autores, os grupos em ascensão eram os comerciantes do litoral e do interior, sobretudo do quadrilátero açucareiro que, cada vez mais, ampliavam suas atividades na busca da ascensão político-econômica. Nesse sentido, a diversidade de interesses dos grupos que estavam representados na Junta Provisória, teria sido a motivação intrínseca da movimentação e oposição de membros do governo entre si. O movimento ocorrido na capital almejava recompor a Junta Provisória de Governo de São Paulo e contava com o apoio da câmara da capital.

A proposta de recomposição apresentada pelo grupo de Francisco Ignácio consistia na deposição de dois membros da Junta Provisória, sendo esses Martins Francisco e o Brigadeiro Jordão. O argumento apresentado contra os membros do governo como motivação para o pedido de recomposição da Junta Provisória foi o ‘despotismo’ de Martim Francisco. Segundo Delatorre, essa foi a maneira encontrada para que o grupo do Coronel Francisco Ignácio buscasse a hegemonia política e econômica na província.

A atitude considerada despótica pelos membros da Junta teria sido a intervenção de Martim Francisco no processo de arrematação do fornecimento de carne verde na capital. O negociante Antonio Cardoso Nogueira, amigo e sócio do Coronel Francisco Ignácio de Souza Queiroz teria perdido o contrato de fornecimento de carne verde na capital devido à intervenção do Governo, por intermédio de Martim Francisco que apresentara à câmara de São Paulo um negociante de Sorocaba, seu amigo, o capitão Antonio José de Oliveira Lima que se propusera a fazer o abastecimento de carne para a capital e oferecer um preço mais barato à população. Com essa atitude, Martim Francisco feriu os interesses de Francisco

Ignácio de Souza Queiroz e, segundo afirma Delatorre, pode ser um dos fatores da crise interna no Governo da província.

A repercussão dos acontecimentos da capital e a desobediência da Junta Provisória às ordens do Príncipe Regente, recusando-se a cumprir as portarias do dia de 10 e 21 de maio de 1822 em que o Príncipe ordenava, respectivamente, o comparecimento na Corte do Presidente do Governo Provisório Carlos Augusto Oeynhausen e, posteriormente, do Coronel Francisco Ignácio e do Ouvidor Costa e Carvalho, fez com que a câmara de Itu se posicionasse contra o Governo Provincial.

Objetivo

O trabalho aqui apresentado pretende discutir o processo de construção do poder provincial em São Paulo, e ao analisar um movimento específico “a Bernarda de Francisco Inácio” verificar a atuação das câmaras municipais, sobretudo a câmara de Itu, no processo de configuração da província como uma instância representativa das elites regionais.

Metodologia

Para a composição desta análise recorreu-se aos Ofícios Diversos da câmara de Itu, ou seja, as correspondências trocadas entre os representantes do poder municipal e o poder central (príncipe regente), representantes do poder provincial (Governo Provisório da Capital) e, demais vilas que compunham a Comarca de Itu* e, que integraram ou apoiaram o Governo Temporário, com sede em Itu e criado para fazer frente ao Governo Provisório da Capital, ocupado pelos bernardistas. Recorreu-se ainda, à bibliografia referente ao movimento bernardista, no intuito de configurar o movimento e levantar a problemática apresentada pela historiografia.

Referências bibliográficas

DAMASCENO, D. T. **Os ‘facciosos’ de São Paulo**: considerações acerca da Bernarda de Francisco Inácio (23.05.1822 – 25.08.1822). Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

DELATORRE, A. V. **São Paulo à época da Independência. Contribuição para o estudo do chamado movimento “bernardista”**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, USP, 2003.

DOLHNIKOFF, M. **Caminhos da Conciliação: o poder provincial em São Paulo (1835-1850)**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História), FFLCH, USP, 1993.

_____. **Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites (1820-1842)**. São Paulo. Tese (Doutoramento em História), FFLCH, USP, 2000.

NARDY FILHO, F. **A Cidade de Itu. Da aclamação de D. João à proclamação da República. A cooperação ituana nos fatos políticos desse período**. IIº volume. 1ª edição. Itu. Ottoni, 2000.

ZENHA, E. **O Município no Brasil (1532 – 1700)**. São Paulo. Instituto Progresso Editorial, s/d.

* A articulação para a instalação de um Governo Temporário, no interior, para fazer frente ao Governo Provisório da Capital contava com o apoio das vilas da comarca de Itu: Sorocaba, São Carlo (atual Campinas), Porto Feliz, Vila da Constituição (atual Piracicaba), Itapetininga, Mogi-Mirim e Franca.